

CONTRIBUIÇÕES PSICOLINGÜÍSTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Rosemeire Selma Monteiro*

Resumo

Este artigo apresenta algumas considerações acerca do ensino de língua materna numa perspectiva psicolinguística, levando em conta o papel a ser desempenhado pelo professor e também pelo livro didático. As sugestões de conteúdos propostos para serem abordados referem-se às séries iniciais do primeiro grau, período em que a criança que já domina a linguagem verbal, pelo menos para o atendimento de suas necessidades básicas, passa pela experiência de aprendizagem do código escrito. Esta transformação é profundamente marcada pelas necessidades sociais da leitura e da escrita em uma sociedade letrada e tecnológica como esta em que vivemos.

Abstract

From a psycholinguistic perspective this paper presents some considerations for the teaching of native language in primary schools. It is also concerned with the role which teachers and textbooks must play in the process of literacy, taking into consideration that this process is complete when the learner reads, writes and has competence to judge everything he reads and writes, in a literate and technological society like ours.

Key-words

Literacy, learning, teaching of mother tongue, textbooks

INTRODUÇÃO

Para atender às necessidades de uma sociedade letrada e tecnológica, o ensino de língua materna através do sistema escolar e dos responsáveis por ele devem assegurar a todos o domínio pleno das atividades verbais, o que significa, em detalhe, garantir a todos:

- a) o domínio da leitura;
- b) o domínio da escrita;
- c) o domínio da fala em situações formais;
- d) a compreensão da realidade social, histórica e estrutural da linguagem.

Poder-se-ia dizer que estes já são os objetivos do ensino de português, o que é verdade, mas apenas em parte.

Primeiro porque na prática do dia-a-dia escolar o centro do ensino de português continua sendo o repasse de conteúdos gramaticais (para verificar isto, basta ver os livros didáticos adotados ou os conteúdos dos exames escolares).

É claro que no discurso, muitos justificam esse ensino proclamando excelências miraculosas do saber gramatical fragmentado e descontextualizado para o domínio da escrita e da fala, excelências, aliás, nunca comprovadas.

Aliás, tendo trabalhado com primeiro, segundo e terceiro graus, posso dizer que o ensino da gramática, da forma como está sistematizado no livro didático, não garante o domínio efetivo das atividades verbais.

Os conteúdos são sempre repetidos e a gramática acaba sendo ensinada como um fim em si mesma e não como um dos instrumentos para o processamento de textos adequados à norma padrão.

Em decorrência de minha experiência em sala de aula e da metalinguagem veiculada no primeiro grau, entendo que um livro didático de primeira à quarta série não deve apresentar trabalhos acerca de conteúdos gramaticais, mas tão somente ensinar a ler e a escrever.

Cada vez que o aluno tiver dúvidas em relação à forma padrão da linguagem o professor pode auxiliá-lo com informações metalingüísticas.

A partir a quinta série do primeiro grau, o aluno então seria iniciado nos estudos metalingüísticos, de forma sistematizada quando já tivesse desenvolvido as habilidades de leitura e escrita.

Mas mesmo após as quatro séries do primeiro grau, o ensino de conteúdos gramaticais precisaria ser totalmente

* Professora do Dept. de Letras Vernáculas da UFC e Doutoranda de Linguística na UFSC.

reformulado, levando em consideração tratar-se de um meio e jamais de um fim.

Segundo e mais importante: as palavras não têm um único e absoluto significado. Assim, as palavras fala, leitura e escrita, talvez sejam as mesmas neste texto e em outros textos relacionados ao ensino de língua portuguesa, contudo, elas ocorrem aqui e lá com significados diferentes.

Nessa perspectiva, vale a pena desdobrar um pouco os objetivos de falar, ler e escrever.

Falar é ter fluência em situações formais (isto é, diante de um conjunto plural de interlocutores), em atividades de transmissão de informações, de exposição de idéias, de troca de opiniões, de defesa de ponto-de-vista, de representação. É adequar a linguagem às circunstâncias (aos interlocutores, ao assunto, às intenções), utilizando a norma padrão oral quando isso for necessário; aproveitando os inúmeros recursos expressivos da língua. É principalmente, praticar a convivência democrática quer pelo exercício do direito da livre expressão, quer pelo reconhecimento do direito do outro à livre expressão.

Ler criticamente significa perder a ingenuidade diante do texto dos outros, percebendo que atrás de cada texto há um sujeito, com uma prática histórica, uma visão de mundo, uma intenção. Ler compreensivamente implica responder ao texto, concordando com ele, discordando dele, rindo dele, emocionando-se com ele, aplaudindo-o, rejeitando-o, assimilando-o, repetindo-o, redizendo-o, parodiando-o.

Escrever para alguém ler é reconhecer que o interlocutor é um dos condicionadores de nossos textos e, em consequência, é necessário que os textos sejam adequados às circunstâncias de sua produção. Escrever é controlar os processos estruturadores do texto (coesão e coerência); é adequar-se às exigências sócio-culturais que circundam a escrita (norma padrão e grafia oficial); é dispor dos imensos recursos expressivos da língua. Operando escolhas adequadas tanto à produção de um texto particular (retórica da expressão), quanto à construção de um discurso próprio (estilo); é respeitar a especificidade de textos ficcionais (narrativos ou poéticos) e não ficcionais (informativos e argumentativos).

Quanto ao último objetivo, é importante destacar que nele está contida a atividade de reflexão sobre a linguagem. Não cabe ao ensino de português apenas propiciar ao aluno o domínio das atividades verbais e o pensar sobre elas. Pensar que envolve a compreensão não só da realidade estrutural da língua, mas também da sua realidade social e histórica, o que significa: perceber a variedade lingüística (a língua como um conjunto múltiplo de variedades) e entendê-la como correlacionada com a vida e a história dos grupos sociais; perceber a organização estrutural da língua e a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição do falante; perceber a diferença entre linguagem oral e linguagem escrita; analisar os textos como objetivos verbais estruturados, reconstituindo as opções de idéias, de seqüência, de expressão feitas pelo autor, analisar textos produzidos pelos alunos, reconstruindo coletivamente sua estrutura e expressão.

É importante dizer ainda que essa caracterização detalhada dos objetivos não lhes esgota a abrangência, apenas desataca aspectos básicos, sendo então o mínimo a ser atingido.

De acordo com as considerações expostas até aqui minha proposta em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos no ensino de língua materna para as séries iniciais segue abaixo:

- 1) Fala e prática de análise de textos orais;
- 2) Estratégias auxiliares da fala em situações formais e informais;
- 3) Estratégias auxiliares de pré-leitura;
- 4) Estratégias auxiliares de leitura;
- 5) Leitura e prática de análise de textos lidos (não pseudo-textos);
- 6) Estratégias auxiliares da escrita levando em conta a funcionalidade dos textos e seus respectivos gêneros;
- 7) Desenvolvimento de atividades de monitoria dos textos produzidos;
- 8) Escrita e prática de análise de textos produzidos;
- 9) Reflexões complementares sobre língua.

Além disso cabe discutir o papel que o livro didático pode desempenhar no ensino de língua materna. O livro didático deve ser um instrumento a ser utilizado pelo professor e pelo aluno na interação de sala de aula, com intuito de contribuir na efetivação da construção do conhecimento.

No caso específico do livro de língua portuguesa das séries iniciais, deve ser mais uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento da competência lingüística e no domínio da norma padrão escrita, em uma sociedade letrada que, portanto, privilegia a expressão escrita por entendê-la como parte do processo de letramento, que se completa quando o indivíduo lê, escreve e tem competência para julgar o que lê e escreve.

Durante orientação a professores da rede pública de ensino nos cursos de capacitação que tenho ministrado, pude perceber três posicionamentos em relação ao livro didático:

- a aceitação passiva da situação e utilização do material enviado pela FAE;
- a supressão de materiais didáticos quaisquer e trabalho com os textos produzidos pelos alunos;
- o inconformismo e busca de materiais alternativos.

Cada um destes comportamentos apresenta implicações que gostaria de elencar:

Há uma tendência de associar as teorias construtivistas com a supressão do livro didático. Muitos de meus alunos, professores estaduais e municipais, relataram que baseiam seu ensino de língua materna exclusivamente em textos produzidos pelos alunos. Acreditam estes professores que desta forma estão colocando em prática a proposta construtivista, uma vez que estão “partindo da realidade dos educandos”.

O primeiro complicador que este procedimento acarreta é que a capacidade de produção textual é sempre menor do que a capacidade de compreensão, dado este já comprovado cientificamente e de forma empírica. O fato de poder ler e compreender **Machado de Assis**, não habilita ninguém a escrever como ele.

Sendo assim, subordinar o ensino de língua, exclusivamente, à produção escrita de um aluno de primeiro ou segundo grau é, no mínimo; restringir o universo de possibilidades que a leitura de demais textos poderia propiciar.

A atitude conformista de aproveitar o livro didático como ele está, apenas porque exige menos trabalho, embora não tenha sido admitida verbalmente em nenhum momento pelos professores, ainda é uma alternativa bastante utilizada em sala de aula.

Foi possível chegar a esta conclusão pelos questionamentos feitos por professores, durante a parte teórica dos cursos e também durante orientações para análise de livros.

Estes questionamentos buscavam fórmulas prontas, “receitas acabadas”, que pudessem simplesmente ser memorizadas e levadas para a sala de aula para melhorar a qualidade de ensino, tal qual um passe de mágica.

Infelizmente tais fórmulas não existem, somente a (in)formação será capaz de reverter o quadro desalentador em que se encontram inúmeras escolas de primeiro grau.

Tal atitude deve-se principalmente à falta de um preparo teórico-pedagógico que acomete alguns profissionais da área da educação.

Entretanto, há um grande número de professores interessados em aprender e efetivamente melhorar sua qualidade de ensino. Em contato com estes professores tomei conhecimento de variadas formas de trabalho: uso de textos de jornais, revistas, bulas de remédio, receitas culinárias, gibis, agendas, diários, sinais de trânsito, cartazes, para desenvolver atividades de leitura e escrita. Enfim, uma gama variada de textos que são levados para a sala de aula pelos alunos e professores para leitura, compreensão e produção de similares.

O livro didático encontra-se muitas vezes alia do a este trabalho e o professor o utiliza de uma forma crítica, aproveitando o que lhe for conveniente, questionando com os alunos aquilo que parecer incoerente e substituindo-o por um material alternativo quando possível e necessário.

Mesmo com todos os problemas que o livro didático possa apresentar não pretendo fazer uma apologia contra o livro didático, mas sim, contra o mau livro, aquele que não cumpre com o papel de auxiliar o indivíduo em seu processo de letramento.

Se bem construído, o livro didático poderá auxiliar neste processo, que vai muito além da alfabetização e, se estende de certa forma por toda a vida.

A relação do professor com o livro didático deve ser baseada na criticidade, criticidade esta que só pode advir do conhecimento. Como cobrar posicionamento crítico daquele que não tem ciência do que está fazendo, para quem está fazendo e com que objetivo está fazendo?

Em primeiro lugar é preciso definir o “quê”, depois, definir o “para quem”, para só então, definir o “como”.

O professor só poderá desempenhar o papel que lhe cabe na seleção de um livro didático de qualidade quando tiver estruturado conhecimentos acerca do processo de letramento, da construção do conhecimento e souber que tipo de indivíduo ele pretende formar, levando em conta que este indivíduo está inserido em uma sociedade letrada, na qual a competência comunicativa é fator preponderante.

Para a obtenção de êxito no processo de letramento, é muito importante que aquele para o qual o livro se destina seja tratado realmente como um interlocutor. Sendo assim, a função social do Livro deve ser observada durante sua avaliação e escolha.

Para avaliar a função social do Livro Didático a ser selecionado, devem ser observadas diversas especificidades, que vão desde o nível cultural, com o qual o educando inicia sua aprendizagem na escola, até a verificação da possibilidade de construção, ampliação e aprofundamento de universos de conhecimento; passando pelo grau de conhecimento prévio do educando acerca dos conteúdos a serem abordados, sem deixar de lado fatores como: variedade sociolinguística do aluno, idade, quantidade e qualidade de interação com material impresso ao qual ele está sujeito fora do contexto escolar, e outros.

Para ser considerado de qualidade, é necessário que o Livro Didático possibilite a internalização e o domínio de uma dada linguagem; que ensine a aprender a aprender; que possibilite aprender a resolver problemas numa sociedade em mudanças, que desenvolva as capacidades do indivíduo como um todo (éticas, afetivas, estéticas, lúdicas, heurísticas...).

Além disso, um bom Livro Didático deverá ser contextualizado; apresentar seus conteúdos em um registro adequado; promover um equilíbrio balanceado entre a informação nova e a que o aluno já possui; levar em consideração que a competência para compreensão apresenta-se mais desenvolvida, do que a competência para produção; permitir ao aluno o desenvolvimento da capacidade de distanciamento do texto e de auto-referencialidade e ainda auxiliar a diminuir a distorção na distribuição do conhecimento.

Concordando com especialistas convocados pela FAE em 1993 para elaborar critérios para a análise e seleção dos livros didáticos, transcrevo abaixo as propostas por eles apresentadas como sendo as de maior urgência:

“a. estabelecimento pelo MEC de um programa mínimo obrigatório de âmbito nacional, com os objetivos, conteúdos e orientação pedagógica em todas as disciplinas que constituem o currículo do 1.º grau, visto que, apesar de em muitos Estados da União terem sido elaboradas propostas curriculares atualizadas com assessorias competentes, tais programas são ignorados e é, de fato, o livro didático quem estabelece os conteúdos, a gradação, a metodologia do ensino aprendizagem e a avaliação em sala de aula.

b. instituição na FAE de uma instância de avaliação do livro didático com a constituição de um conjunto de consultores permanentes a *ad hoc* para o controle de qualidade do livro didático em diferentes níveis e nas várias áreas. Deverá ser estabelecido um padrão mínimo aquém do qual o livro não constará das listas para seleção e indicação a serem distribuídas entre a rede de professores.

c. campanha sistemática de divulgação dos resultados da avaliação do livro didático nas quatro séries do 1.º grau entre: alunos, professores, pais, escolas e associações de pais e mestres, entidades que representam os docentes, Secretarias de Educação municipais e estaduais, Universidades, associações e entidades científicas. Todos devem ser informados do papel que o livro didático desempenha e do direito e responsabilidade que têm em exigir melhor qualidade, na defesa da formação da criança brasileira.

d. incentivo a grupos qualificados de produção de livro didático para as quatro primeiras séries do 1.º grau e/ou à publicação de material didático já produzido e inédito.” (Relatório MEC, 1994, p.105- 104)

Gostaria ainda de incluir nas propostas apresentadas a divulgação de trabalhos realizados nesta área, através da mídia. Uma sugestão seria a publicação periódica de artigos relacionados ao assunto em jornais e revistas destinadas a profissionais da educação, uma vez que, possuem maior circulação entre os professores do que dissertações de mestrado, teses de doutorado e revistas científicas.

É interessante observar que tal sugestão não visa de forma alguma a banalização dos resultados das pesquisas científicas, mas sim, encurtar a distância entre a produção do conhecimento e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREITAG, Bárbara, MOTTA, Valéria Rodrigues & COSTA, Wanderly Ferreira da. **O Livro Didático em Questão** Editora Cortez: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), São Paulo, 1989.
- MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura Produção de Textos e a Escola.**, Campinas: Editora Autores Associados, 1994.
- MEC/FAE. **Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos - Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências - 1.ª a 4.ª séries**, FAE/MEC - UNESCO, Brasília, 1994.
- MONTEIRO, Rosemeire Selma. **O Livro Didático e o Processo de Letramento** - Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1995.
- PIAGET, Jean. **A Linguagem e o Pensamento da Criança São Paulo**: Martins Fontes, 1993.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Processos psicolingüísticos de leitura**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.19, n.1,1986, p. 7-20.
- _____. **Primeiras Leituras, Livro I de Ávila - Cartilha Orientação ao professor** - Fragmentos vol. 3, n. 2, Editora da UFSC, 1992, p.110-119.
- SOARES, Magda. **Linguagem e Escola - Uma perspectiva Social**. São Paulo, 11a. edição, 1994.
- _____. **Literacy Assessment and its Implications for Statistical Measurement in Current surveys and research in statistics** UNESCO, 1992.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.168p.